

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI
HOLDING S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Notas explicativas às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Diretores e Quotistas da
Autogeração Solar Participações VI Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Autogeração Solar Participações VI Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autogeração Solar Participações Holding VI S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

A handwritten signature in blue ink that reads 'Rafael Favacho'.

Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC 1 RJ 106634/0-3

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.597	5.322.546	1.852.720	8.382.535
Clientes	5	374.489	-	4.775.264	1.438.113
Adiantamentos a fornecedores	6	46.814	38.537	456.480	505.941
Despesas antecipadas		54.408	-	245.738	196.519
Créditos tributários	7	1.106.665	152.199	1.845.055	322.067
		<u>1.593.973</u>	<u>5.513.282</u>	<u>9.175.257</u>	<u>10.845.174</u>
Não Circulante					
Impostos diferidos	8	0	-	9.081	9.081
Investimentos	10	20.774.944	27.576.608	-	-
Partes relacionadas (ativo)	9.1	4.232.870	4.224.190	3.950.430	1.956.512
Imobilizado	11	34.469.501	33.918.476	172.108.969	151.040.620
		<u>59.477.315</u>	<u>65.719.274</u>	<u>176.068.480</u>	<u>153.006.214</u>
Total do ativo					
		<u>61.071.288</u>	<u>71.232.556</u>	<u>185.243.737</u>	<u>163.851.388</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

Passivo e patrimônio líquido					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Fornecedores	12	243.130	59.039	9.509.207	7.105.563
Impostos a recolher	13	26.572	15.141	512.453	436.208
Salários e contribuições previdenciárias		-	-	73.828	41.246
Empréstimos bancários	14	15.476.715	5.461.600	97.048.661	75.554.795
Adiantamentos de clientes		9.235	-	410.844	-
		15.755.653	5.535.779	107.554.993	83.137.813
Não Circulante					
Empréstimos bancários - LP	14	39.941.492	40.193.000	54.918.767	55.170.275
Partes relacionadas	9.2	1.791.357	-	19.187.191	39.524
		41.732.849	40.193.000	74.105.958	55.209.799
Patrimônio líquido					
Capital social	15	-	-	-	-
Capital integralizado		8.001.200	8.001.200	8.001.200	8.001.200
Adiantamento Futuro Aumento de Capital		10.458.020	16.699.820	10.458.020	16.699.820
Lucros/prejuízos acumulados		(14.876.434)	802.757	(14.876.434)	802.758
		3.582.786	25.503.777	3.582.786	25.503.778
Patrimônio dos acionistas minoritários		-	-		
Total do passivo e patrimônio líquido		61.071.288	71.232.556	185.243.737	163.851.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador - CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Receita líquida operacional	16	339.849	-	14.454.533	2.803.231
Custos operacionais	17	(928.839)	(1.737)	(4.416.115)	(603.541)
LUCRO BRUTO		(588.990)	(1.737)	10.038.418	2.199.690
RESULTADO OPERACIONAL					
Despesas administrativas	18	(2.317.386)	(201.443)	(2.815.746)	(947.483)
Despesas tributárias	18	(133.581)	(36.993)	(228.405)	(676.796)
Despesa de pessoal	18	-	-	-	-
Despesas comerciais	18	-	-	(5)	(117)
Outras receitas não operacionais	18	-	-	-	-
Outras despesas não operacionais	18	-	(800)	(2.841)	(14.596)
Resultado da equivalência patrimonial		(4.213.913)	504.348	-	-
Outras receitas operacionais	18	0	-	310	7.395
		(6.664.880)	265.113	(3.046.687)	(1.631.597)
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	19	(8.639.832)	(39.178)	(22.997.173)	(295.277)
Receitas financeiras	19	214.862	611.551	326.603	833.818
		(8.424.970)	572.374	(22.670.570)	538.541
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	-	(270.883)
Resultado Líquido dos acionistas minoritários		-	-	-	-
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício		(15.678.839)	835.749	(15.678.839)	835.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado líquido do exercício	(15.678.839)	835.749	(15.678.839)	835.749
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(15.678.839)</u>	<u>835.749</u>	<u>(15.678.839)</u>	<u>835.749</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

	Capital social	Adiantamento futuro aumento de capital	Resultados Acumul.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.001.200	16.699.820	802.757	25.503.777
Adiantamento futuro aumento de capital	-	(6.241.800)	-	(6.241.800)
Ajustes de exercício anterior	-	-	(351)	(351)
Prejuízo do período	-	-	(15.678.839)	(15.678.839)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	8.001.200	10.458.020	(14.876.434)	3.582.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	(15.678.839)	689.794	(15.678.839)	689.794
Depreciação/amortização	-	-	575.123	575.123
Provisão de juros empréstimos	8.596.328	5.461.600	8.596.328	12.418.624
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(9.081)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	279.964
Perda\Ganho de equivalência patrimonial	2.317.386	(358.393)	-	-
Reversão de provisão	(351)	-	(351)	-
Prejuízo ajustado	(4.765.477)	5.793.001	(6.507.739)	13.954.424
Aumento líquido nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	(374.489)	-	(3.337.151)	(1.438.113)
Tributos a recuperar	(954.465)	(152.199)	(1.522.988)	(267.139)
Despesas antecipadas	(54.408)	-	(49.219)	(196.519)
Adiantamento a fornecedores	(8.278)	-	49.461	-
Fornecedores	184.092	59.039	133.198	7.105.563
Impostos a recolher	11.431	15.141	76.245	124.719
Provisão Trabalhista	-	-	32.582	41.246
Adiantamento de clientes	9.235	-	410.844	-
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades operacionais	(1.186.882)	(78.020)	(4.207.029)	5.369.756
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Partes relacionadas	(158.379)	(4.224.190)	(254.947)	(1.956.512)
Investimentos	4.484.279	(27.072.260)	-	-
Imobilizado	(448.563)	(33.957.012)	(5.182.120)	(152.137.520)
Impostos diferidos	-	-	-	-
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimentos	3.877.337	(65.253.462)	(5.437.067)	154.094.032)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Notas Comerciais CRI	-	-	-	-
Adiantamento para futuro de aumento de capital	(6.241.800)	16.699.820	(6.241.800)	16.699.820
Empréstimos obtidos	3.257.381	40.193.000	16.115.329	118.306.446
Integralização de Capital	-	8.001.200	-	8.001.200
Partes relacionadas	(251.508)	-	(251.508)	177.913
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamento	(3.235.928)	64.894.020	9.622.021	143.185.379
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(5.310.949)	5.355.539	(6.529.814)	8.415.528
Disponibilidades				
Ajustes sem efeito de caixa	-	(32.993)	-	(32.993)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.322.546	-	8.382.535	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.597	5.322.546	1.852.720	8.382.535
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(5.310.949)	5.355.539	(6.529.814)	8.415.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador - CRC RJ 114177/O-8

1. Contexto operacional

A AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A. (Empresa) é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Empresa é na General Rabelo, 43 – Gávea -RJ, CEP: 22451-010. As demonstrações contábeis da Empresa abrangem as informações relativas às suas atividades em fase pré-operacional, sendo nesse período dependente do suporte financeiro dos seus sócios e partes relacionadas de forma permitir a conclusão de seu plano de investimento e início das operações para os projetos em andamento. A Empresa tem por objeto social a participação societária no capital de empresas no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

A Autogeração Solar Participações VI Holding S.A.

A Empresa tem por objeto social a participação societária no capital de empresas no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

A construção de sua Usina (Guanambi) teve início em fevereiro de 2024 e sua conclusão em agosto de 2024 iniciando seu ciclo de faturamento.

A Administração da Empresa obteve de seu controlador apoio financeiro e realizou uma emissão de dívida, através dos quais se compromete a prover os recursos necessários para a manutenção das atividades operacionais da Empresa, na medida em que haja necessidade.

As projeções de resultados futuros preparadas pela Administração indicam o alcance de sua trajetória de lucros recorrentes e fluxos de caixa positivos. Se essas projeções não se realizarem, a Empresa precisará de novos recursos dos acionistas ou outras fontes para continuar a operar.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis materiais

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Diretoria e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

A Diretoria da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 30 de abril de 2026.

2.1.1. Continuidade

A Diretoria avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e possuir recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Diretoria não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

2.1.2. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o Milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Reapresentação dos saldos iniciais

Em atendimento às disposições do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração procedeu à reapresentação dos saldos iniciais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2024.

A reapresentação decorre de ajustes contábeis identificados após a emissão das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas, relacionados principalmente a:

- a) Avaliação de recuperabilidade de ativos fiscais diferidos.
- b) Rateio de despesas compartilhadas entre partes relacionadas, cuja metodologia anteriormente adotada não assegurava o reconhecimento apropriado dos custos e despesas, em conformidade com os princípios da competência e da consistência.

Após a reavaliação dos contratos, documentos de suporte e critérios de alocação de despesas, a Administração concluiu pela necessidade de ajustes nos registros contábeis, de forma a refletir adequadamente a posição patrimonial e financeira, bem como o desempenho da Empresa.

Os ajustes realizados não tiveram impacto sobre os fluxos de caixa, afetando exclusivamente as contas patrimoniais e de resultado, conforme demonstrado nos quadros de reapresentação apresentados nestas demonstrações financeiras.

Efeitos da reapresentação

Em decorrência dos ajustes efetuados, determinados saldos patrimoniais e de resultado em 1º de janeiro de 2024 foram reapresentados.

O impacto líquido dos ajustes resultou em aumento do patrimônio líquido na data mencionada, conforme detalhado nos Quadros abaixo.

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

Ativo	Consolidado 31/12/2024		Consolidado 31/12/2024
	Atual		Anterior
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8.382.535	-	8.382.535
Clientes	1.438.113	-	1.438.113
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-
Despesas antecipadas	196.519	-	196.519
Créditos tributários	322.067	54.928	267.139
	<u>10.339.234</u>		<u>10.284.306</u>
Não Circulante			
Impostos diferidos	9.081	-	9.081
Investimentos	0	-	-
Partes relacionadas	1.958.912	2.400	1.956.512
Imobilizado	145.527.669	(6.034.727)	151.562.396
	<u>147.495.662</u>		<u>153.527.989</u>
Total do ativo	<u>157.834.895</u>		<u>163.812.295</u>
Passivo e patrimônio líquido			
	Consolidado 31/12/2024		Consolidado 31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	1.086.671	(6.018.892)	7.105.563
Impostos a recolher	156.244	31.525	124.719
Salários e contribuições previdenciárias	41.246	-	41.246
Empréstimos bancários	85.070.470	(5.461.600)	90.532.070
Imposto de renda e Contribuição social	279.964	-	279.964
	<u>86.634.595</u>		<u>98.083.562</u>
Não Circulante			
Partes relacionadas	39.524	(138.389)	177.913
Debêntures a pagar	45.654.600	5.461.600	40.193.000
	<u>45.694.123</u>		<u>40.370.913</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	8.003.600	2.400	8.001.200
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	16.699.820	-	16.699.820
Lucros acumulados	802.757	145.956	656.801
	<u>25.506.177</u>		<u>25.357.821</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>157.834.895</u>		<u>163.812.296</u>
	Consolidado 2024		Consolidado 2024
	Atual		Anterior
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receita líquida operacional	2.803.231	(168.902)	2.972.133
Custos operacionais	<u>-603.541</u>	<u>7.566</u>	<u>(611.107)</u>
LUCRO BRUTO	<u>2.199.690</u>		<u>2.361.026</u>
RESULTADO OPERACIONAL			
Despesas administrativas	-947.600	138.389	(1.085.989)
Despesas tributárias	-676.796	0	(676.796)
Outras receitas não operacionais	7395	-	7.395
Outras despesas não operacionais	<u>-14.596</u>	<u>-</u>	<u>(14.596)</u>
	<u>568.093</u>		<u>591.040</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	-295.277	1	(295.278)
Receitas financeiras	<u>833.818</u>	<u>168.903</u>	<u>664.915</u>
	<u>538.541</u>		<u>369.637</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-270.883	9.081	(279.964)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(9.081)	9.081
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	<u>835.751</u>		<u>689.794</u>

2.1.4. Descrição das principais práticas contábeis materiais adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, outras contas a pagar e transações com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Companhia, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio de resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Nesta rubrica, estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento com alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado.

Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

d. Contas a receber

As contas a receber são apresentadas aos valores presente e de realização.

A conta de cliente faturado, e a realização dos serviços prestados e o faturamento das notas fiscais. Cliente a faturar, e a provisão de receita de energia gerada.

e. Impostos a recuperar

Refere-se a impostos e contribuições retidos sobre notas fiscais de serviços prestados a terceiros e apropriação de crédito sobre a depreciação do imobilizado para posterior pedido de ressarcimento, compensação e/ou recolhimento aos órgãos competentes.

f. Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos com os projetos em desenvolvimentos são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

A vida útil do ativo está diretamente relacionada ao contrato de prestação de serviço firmado, pelo prazo de 30 anos. Após avaliação da administração, não foram identificados indicativos de impairment (perda de valor recuperável) para o ativo em questão, conforme os critérios e metodologias estabelecidos.

g. Participações em controladas e coligadas

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

h. Contas a pagar

Os saldos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

i. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela correção monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com os projetos em desenvolvimentos e construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluídos para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

k. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Diretoria da Companhia e seus assessores jurídicos.

l. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

m. Reconhecimento da receita

Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Receita de aluguel e serviços

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia, no que tange locação e manutenção das usinas tais como serviços de gestão de consumo e compensação de energia, é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

n. Receitas (despesas) financeiras

As receitas (despesas) financeiras são reconhecidas “*pro rata die*” com base no método da taxa de juros efetiva.

2.1.5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(i) Provisão para contingências

A Diretoria da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

(ii) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

2.1.6. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A e sua controlada direta:

Companhias controladas

	Participação no Capital Total % 2025
Incluída na consolidação ASP P6 STD HOLDING LTDA	100%

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as Companhias cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas Companhias.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre Companhias do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Transações e participações não controladoras

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida é novamente mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A Diretoria dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pela Diretoria da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Administração, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e realizadas pela Companhia.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela governança da Companhia. A governança da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

a. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía risco de mercado em suas operações.

b. Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía risco de exposição cambial líquida.

c. Risco de crédito

A Companhia não possui outros saldos a receber contabilizados neste exercício. Por este fato, este risco é considerado baixo.

d. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria da Companhia.

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

3.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

3.4. Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

a. Banco conta movimento

Os valores contábeis dos saldos bancários aproximam de seus valores justos, apresentando possibilidade de resgate imediato.

b. Contas a pagar e operações com partes relacionadas

Estima-se que os valores contábeis das contas a pagar e das operações com partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

3.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

- a) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

- b) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3.6. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

A Administração informa que, para as normas, revisões e interpretações contábeis descritas a seguir, ainda não foi possível determinar se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis. A Companhia está em processo de avaliação dessas mudanças e adotará as medidas necessárias para garantir a conformidade no momento de sua aplicação. As principais normas e alterações em análise são:

a) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

- Efetividade: períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- Descrição: a IFRS 18, emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 (R1) e introduz mudanças significativas na apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Entre as principais alterações estão:
- Categorização e subtotais na demonstração do resultado: novos requisitos para categorização de receitas, despesas, ganhos e perdas, além de subtotais padronizados;
- Agregação e desagregação de informações: diretrizes mais claras sobre como as informações devem ser agrupadas ou detalhadas;
- Rotulagem de informações: Exigência de rotulagem mais descritiva e consistente dos itens das demonstrações contábeis;
- Divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração: transparência sobre métricas de desempenho não previstas nas IFRS, mas utilizadas pela Administração.

b) IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

- Efetividade: períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- Descrição: a IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com requisitos de divulgação reduzidos.

c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

- Efetividade: Períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- Descrição: as alterações tratam da classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza.

d) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – Desreconhecimento de Passivos Financeiros e Classificação de Ativos Financeiros

- Efetividade: Períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
 - Descrição: as alterações podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação.
- Não se espera que as normas novas e alterações em normas existentes, que possuem início de vigência em exercícios posteriores ao findo em 31 de dezembro de 2025 tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3.7. Impactos da Reforma Tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Não se espera que as normas novas e alterações em normas existentes, que possuem início de vigência em exercícios posteriores ao findo em 31 de dezembro de 2025 tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa.

4. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos	8.070	1	249.641	13.117
Total	8.070	1	249.641	13.117
Aplicações Financeiras	3.527	5.322.545	1.603.080	8.369.418
Total	3.527	5.322.545	1.603.080	8.369.418
Total	11.597	5.322.546	1.852.720	8.382.535

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

5. Clientes

Os saldos de clientes são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Clientes - faturados	374.489	-	480.318	-
Clientes a faturar	-	-	4.294.946	1.438.113
Total	<u>374.489</u>	<u>-</u>	<u>4.775.264</u>	<u>1.438.113</u>

A Companhia constituiu contas a receber referente a receita operacional advinda do curso de suas atividades normais.

O saldo representado sob a rubrica de "Clientes a Faturar" refere-se a parcela de energia gerada pela Usina, a qual ainda não foi compensada pelo cliente. Ou seja, o crédito oriundo da produção de energia, não foi utilizado em sua totalidade para compensar o consumo mensal do cliente. Esses valores representam compromissos de recebimento que se esperam realizar em um prazo definido.

A contabilização dos valores sob "Clientes a Faturar" segue as políticas de reconhecimento de receita da empresa, sendo ajustados conforme a compensação da energia gerada e consequente emissão de faturas e/ou notas fiscais.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

O Ciclo de liquidação dos títulos gira em torno de 30 a 45 dias.

Política de Perdas de Liquidação Duvidosa

A Companhia adota como política o reconhecimento de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre contas a receber de clientes, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A provisão para perdas de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual e coletiva da carteira de clientes

Para os créditos avaliados coletivamente, a Companhia utiliza matriz de provisão baseada no envelhecimento dos saldos a receber, aplicando percentuais de perda esperada conforme o risco de inadimplência associado a cada faixa de vencimento.

Para o exercício de 2025 não foi identificado perdas.

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

6. Adiantamento a fornecedor

O saldo de contas a adiantamento a fornecedores é demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Reembolso	46.104	37.827	143.755	71.186
Serviços prestados	-	-	46.247	239.952
Locação	710	710	710	710
Materiais	-	-	265.768	194.093
Total	46.814	38.537	456.480	505.941

7. Créditos tributários

Os saldos de impostos a recuperar são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IR s/ aplicação financeira	258.613	150.734	290.938	162.253
PIS a recuperar	42.090	-	42.731	641
COFINS a recuperar	194.131	-	194.131	-
INSS a compensar	1.466	1.466	9.563	2.174
IRRF a recuperar	-	-	2.686	-
IRRF s/ aluguel	-	-	2.111	-
PIS a compensar	-	-	4.443	29
COFINS a compensar	-	-	20.507	134
CSLL a compensar	-	-	12.697	-
Crédito de PIS sob imobilizado	108.876	-	225.785	27.989
Crédito de COFINS sob imobilizado	501.489	-	1.039.463	128.847
Total	1.106.665	152.199	1.845.055	322.067

8. Impostos diferidos

O saldo de contas de impostos diferidos é demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda	-	-	6.677	6.677
contribuição social	-	-	2.404	2.404
Total	-	-	9.081	9.081

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

9. Operações com partes relacionadas

9.1 Contas a receber - partes relacionadas

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
SolarGrid Holding	1.894.240	1.894.240	1.894.240	1.894.240
SolarGrid Comercio	-	-	1.991.869	-
Autogeração Solar Itaquí LTDA	1.310.000	1.310.000	-	-
Autogeração Solar Consesul Itaquí LTDA	-	-	3.482	3.082
Autogeração Solar Participações VI S.A.	960.840	960.760	-	-
Autogeração Solar Guanambi LTDA	57.990	57.990	57.990	57.990
Autogeração Solar Bela Vista IV	-	-	2.849	-
Autogeração Solar Itaquí II A LTDA	-	-	-	-
ASP P6 AQ Holding LTDA	9.800	1.200	-	1.200
Total	4.232.870	4.224.190	3.950.430	1.956.512
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	4.232.870	4.224.190	3.950.430	1.956.512

9.2 Contas a pagar - partes relacionadas

	2025	2024	2025	2024
SolarGrid Comercio	-	-	17.173.270	16.305
SolarGrid Autogeração	-	-	218	218
SolarGrid Holding	90.963	-	290.308	-
Autogeração Solar Itaquí II A LTDA	-	-	-	-
Autogeração Solar Itaquí LTDA	-	-	-	-
Autogeração Solar SF Itabapoana LTDA	-	-	-	-
Autogeração Solar Participações VI S.A.	-	-	-	-
Autogeração Solar Participações VI Holding S.A.	-	-	-	-
ASP P6 AQ Holding LTDA	980.800	-	1.003.800	-
Compartilhamento de Custos - SCEC	719.595	-	719.595	23.000
Total	1.791.357	-	19.187.191	39.523
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	1.791.357	-	19.187.191	39.523

As transações que a Companhia efetua com partes relacionadas referentes a As operações com partes relacionadas referem-se substancialmente a transações entre empresas do mesmo grupo econômico, realizadas em condições definidas pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Não há remuneração implícita identificada pela Administração. Existe expectativa de que determinados saldos possam ser futuramente capitalizados ou liquidados conforme conveniência operacional e financeira do grupo econômico.

A Administração entende que tais operações refletem práticas usuais de suporte financeiro e operacional entre empresas do grupo e que os montantes registrados representam adequadamente os direitos e obrigações existentes na data das demonstrações financeiras.

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física e pagamentos com base em ações da Companhia.

9.3. Da remuneração da Administração

A Companhia informa que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve pagamento de remuneração, direta ou indireta, aos administradores, incluindo honorários, salários, bônus, participação nos resultados ou quaisquer outros benefícios de curto ou longo prazo. Adicionalmente, não foram concedidos benefícios pós-emprego, pagamentos baseados em ações ou quaisquer outras formas de compensação relacionadas à atuação da Administração no período.

10. Investimentos

10.1. Composição do saldo

	Saldo em 31/12/2024	Valor Patrimonial	Equivalência	Participações a Realizar	Saldo em 31/12/2025
ASP P6 STD Holding LTDA	27.576.608	-	(4.214.264)	(2.587.400)	20.774.944
	27.576.608	-	(4.214.264)	(2.587.400)	20.774.944
Investimento total					-

10.2. Informações adicionais sobre a Companhia investida

Autogeração Solar Participações P6 STD Holding LTDA

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
Em controladas:						
ASP P6 STD Holding LTDA	100%	20.789.417	22.901.200	2.774.944	-	(4.213.913)

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

11. Imobilizado

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é como segue:

Controladora	2024					
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência	Baixa	Saldo em 31/12/2024
Projetos em desenvolvimento	3%	-	20.463.173	-	-897.083	19.566.091
Adiantamento para aquisição de ativos	0%	-	12.616.483	-	3.375.612	9.240.871
Juros Capitalizados	3%	-	5.461.600	-	-350.086	5.111.514
Total		-	38.541.256	-	-4.622.780	33.918.476
Custo		-				33.918.476
Depreciação acumulada		-				-
Imobilizado líquido		-				33.918.476

Consolidado	2024					
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência	Baixa	Saldo em 31/12/2024
Projetos em desenvolvimento		5.365.456	111.636.383	(175.830)	(27.641.443)	89.184.567
Adiantamento para aquisição de ativos		-	86.131.250	-	(56.180.458)	29.950.792
Máquinas e equipamentos	10%	-	22.687	-	-	22.336
Usina Fotovoltaica	3%	-	19.182.005	-	(198.495)	18.392.902
Reembolso de custo de construção da usina		-	503	-	-	503
Juros capitalizados	3%	-	14.209.050	-	(719.530)	13.489.520
Total		5.365.456	231.181.879	(175.830)	(84.739.926)	151.040.620
Custo		5.365.456				151.631.579
Depreciação acumulada		-				(590.959)
Imobilizado líquido		5.365.456				151.040.620

Controladora	2025					
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Projetos em desenvolvimento	3%	19.566.091	305.997	(19.872.088)	-	0
Usina Fotovoltaica	3%	-	24.785.651	-	(702.476)	24.083.175
Adiantamento para aquisição de ativos	0%	9.240.871	149.699	(5.353.148)	-	4.037.422
Juros Capitalizados	3%	5.111.514	1.418.787	-	(181.397)	6.348.904
Total		33.918.476	26.660.134	(25.225.236)	(883.873)	34.469.501
Custo		33.918.476				35.353.374
Depreciação acumulada		-				(883.873)
Imobilizado líquido		33.918.476				34.469.501

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

Consolidado

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Projetos em desenvolvimento		89.184.567	2.424.762	(71.242.468)	-	20.366.861
Adiantamento para aquisição de ativos		29.950.792	5.539.640	(5.305.911)	-	30.184.521
Máquinas e Equipamentos	10%	22.336	68.667	-	(7.455)	83.548
Estoque de equip		-	2.105	-	-	2.105
Reembolso de custo de construção da usina		503	-	(503)	-	-
Juros Capitalizados		13.489.520	16.864.160	(11.911.690)	(181.397)	18.260.593
Usina fotovoltaica	3%	18.392.902	90.073.040	(1.537.031)	(3.717.571)	103.211.340
		-				-
Total		151.040.620	114.972.374	(89.997.602)	(3.906.423)	172.108.969
Custo		151.040.620				176.015.392
Depreciação acumulada		-				(3.906.423)
Imobilizado Líquido		151.040.620				172.108.969

- (i) A Empresa realizou, na data-base das demonstrações financeiras, a avaliação da recuperabilidade de seus ativos não financeiros. Com base nos testes realizados, a Administração concluir que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável.

12. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	157.968	59.039	734.666	6.880.574
Contas a pagar O&M	70.317	-	222.411	224.989
Contas a pagar - EPC		-	8.460.138	-
Aluguéis a pagar	14.844	-	59.463	-
Seguros a pagar		-	32.527,41	-
	243.130	59.039	9.509.207	7.105.563

13. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Tributos Municipais	488	156	11.559	7.732
Tributos Federais	26.084	14.985	500.894	428.476
Total	26.572	15.141	512.453	436.208

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

14. Empréstimo e financiamentos

Linha de Crédito	Taxa	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures		2025	44.535.000	44.535.000	120.481.534	124.535.000
Juros de debêntures			15.476.715	5.461.600	39.586.532	12.418.624
Custos de desestruturação de debentures			(4.593.508)	(4.342.000)	(8.100.638)	(6.228.554)
			<u>55.418.207</u>	<u>45.654.600</u>	<u>151.967.428</u>	<u>130.725.070</u>
Passivo circulante			15.476.715	5.461.600	97.048.661	75.554.795
Passivo não circulante			39.941.492	40.193.000	54.918.767	55.170.275

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 8.001.200,00 e está representado por 8.001.200 ações ordinárias todas normativas e sem valor nominal.

	Capital	
	2025	2024
Capital Integralizado	<u>8.001.200</u>	<u>8.001.200</u>
Total	<u><u>8.001.200</u></u>	<u><u>8.001.200</u></u>

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Nesta conta estão registrados os recursos recebidos a título de investimentos, os quais serão destinados ao aumento de capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital era de R\$ 10.458.020

	AFAC	
	2025	2024
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	<u>10.458.020</u>	<u>16.699.820</u>

c) Resultado

A Companhia registrou Prejuízo líquido no montante de R\$ 15.678.839 (Lucro líquido de R\$ 835.749 em 2024).

	Resultado do exercício	
	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício		
Lucro do período	<u>(15.678.839)</u>	<u>835.749</u>
Base para a constituição de reserva legal		

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

16. Receita líquida operacional

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta	374.489	-	16.495.428	3.210.577
(-) Deduções de receita bruta de venda	-	-	(496.330)	(94.744)
Impostos federais	(34.640)	-	(1.525.828)	(312.602)
Impostos municipais	-	-	(18.737)	-
Total	339.849	-	14.454.533	2.803.231

17. Custos operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos com pessoal	(297)	-	(1.664)	(10.384)
Despesas com veículos	(882)	-	(4.338)	-
Materiais utilizados em instalações	-	-	(4.199)	-
Custos gerais	(140.241)	-	(594.827)	(116.337)
Aluguéis e arrendamento	(146.181)	-	(644.363)	(34.847)
O&M	(360.849)	(1.737)	(1.793.858)	(246.168)
Depreciação	(280.389)	-	(1.372.867)	(195.804)
Total	(928.839)	(1.737)	(4.416.115)	(603.541)

18. Despesas administrativas

A composição das despesas e receitas por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com pessoal	-	-	(5)	(117)
Despesas com pessoal	-	-	(5)	(117)
Aluguéis e arrendamentos	-	-	(9.259)	-
Aluguéis de imóveis	-	-	(9.259)	-
Despesas de escritório	-	-	-	(203.674)
Outras despesas	-	-	-	(203.674)
Utilidades e serviços	(1.468.631)	-	(1.480.504)	-
Luz	-	(40)	-	(109)
Seguros	-	-	-	(411)
Seguro de vida	(1.468.631)	(40)	(1.480.504)	(521)
Despesas com serviços prestados	(17.593)	(4.830)	(17.593)	(92.050)
Consultoria	(49.048)	(24.519)	(337.767)	(168.216)
Honorários de Contadores	(10.151)	-	(91.519)	-
Auditoria	(6.071)	-	(6.071)	-
Legais e judiciais	-	-	-	(458)
Associação de classe	-	-	(12.362)	(11.497)
Serviços financeiros	(46.296)	(32.563)	(96.413)	(137.165)
Serviços terceiros pessoa jurídica	-	(139.491)	(44.662)	(333.903)
Honorários de Advogados	(129.160)	(201.403)	(606.388)	(743.289)
Impostos e taxas	-	-	-	-

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES VI HOLDING S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

Taxas municipais	(1.606)	(1.958)	(22.080)	(4.035)
Impostos federais	(9.991)	(28.416)	(15.186)	(30.779)
Taxas estaduais	(5.057)	-	(5.888)	-
Outras taxas	(113.692)	(4.211)	(180.518)	(631.279)
Multas	(3.235)	(2.409)	(4.734)	(10.703)
	<u>(133.581)</u>	<u>(36.993)</u>	<u>(228.405)</u>	<u>(676.796)</u>
Despesas indedutíveis				
Multas e juros fiscais indedutíveis	-	(800)	-	(2.363)
Medida compensatória	-	-	(1.341)	(3.234)
	<u>-</u>	<u>(800)</u>	<u>(1.341)</u>	<u>(5.596)</u>
Outras despesas não operacionais				
Indenizações - Sentenças judiciais	-	-	(1.500)	(9.000)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.500)</u>	<u>(9.000)</u>
Receitas não operacionais				
Outras receitas não operacionais	-	-	310	7.395
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>310</u>	<u>7.395</u>
Despesas com compartilhamento de custo				
Compartilhamento De Gastos Administrativos - Comercializadora	(719.595)	-	(719.595)	-
	<u>(719.595)</u>	<u>-</u>	<u>(719.595)</u>	<u>-</u>
Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais	<u>(2.450.967)</u>	<u>(238.436)</u>	<u>(3.046.687)</u>	<u>(1.631.597)</u>

19. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	214.862	611.476	326.493	833.111
Descontos obtidos	-	75	110	707
	<u>214.862</u>	<u>611.551</u>	<u>326.603</u>	<u>833.818</u>
Despesas financeiras				
Juros financeiros	-	-	-	(871)
Despesas bancárias	(22.919)	(25.440)	(155.801)	(112.468)
Custo de debêntures	(15.085)	-	(16.457)	-
Juros sobre empréstimos	(8.596.328)	-	(22.792.880)	-
Descontos concedidos	-	-	-	-
Juros e multas	(5.263)	(12.454)	(28.958)	(84.061)
IOF	(237)	(1.284)	(3.076)	(97.877)
	<u>(8.639.832)</u>	<u>(39.178)</u>	<u>(22.997.173)</u>	<u>(295.277)</u>
Resultado Financeiro líquido	<u>(8.424.970)</u>	<u>572.374</u>	<u>(22.670.570)</u>	<u>538.541</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

20. Provisões judiciais

A Companhia e sua controlada, não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024, contingências trabalhistas, cíveis e tributária classificadas como de perda provável, possível e remoto, pelos assessores jurídicos externos.

21. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, contas a pagar em transações com partes relacionadas, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contratou durante o exercício operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidada	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	55.418.207	45.654.600	151.967.428	130.725.070
Caixa e equivalente de caixa	11.597	5.322.546	1.852.720	8.382.535
Dívida Líquida	55.406.610	40.332.054	150.114.708	122.342.535
Patrimônio Líquido	3.582.786	25.503.777	3.582.786	25.503.778
Índice de alavancagem financeira	6,46	63,23	2,38	20,84

(i) Política de gestão de riscos financeiros

A Empresa possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito.

A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(ii) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Também são revistos periodicamente os limites de crédito.

Risco de crédito

A política de vendas da Empresa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Risco de liquidez

É o risco de a Empresa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

22. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguro contratado junto a Ezze, Zurich, Pottencial, Essor, AIG Seguros, Tokio Marine e JNS. seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Patrimonial

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é variável de acordo com o contrato assegurado, assim como o período de vigência.

Coberturas	Prazo de Vigência	Importâncias
Risco Patrimonial ASH	11/10/2026	60.000.000,00

Seguro D&O

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é variável de acordo com o contrato assegurado, assim como o período de vigência.

Coberturas	Prazo de Vigência	Importância
SolarGrig Holding	31/10/2026	20.000.000,00

23. Eventos Subsequentes

A Companhia avaliou os eventos ocorridos entre 31 de dezembro de 2024 e a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

No curso dessa avaliação, a Administração identificou a necessidade de remissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em decorrência de revisões e reavaliações de informações relevantes que impactam sua adequada apresentação.

A Administração concluiu que tal fato configura evento subsequente, uma vez que as condições que originaram essa necessidade foram identificadas após o encerramento do exercício.